

Um vale para olhar e ser visto

Vaner Silvia Soler Bianchi¹

Enrique G. Staschower²

“A história é um profeta com o olhar virado para trás:
pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será”³

Eduardo Galeano

Resumo: Este artigo apresenta as mudanças ocorridas no Vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma perspectiva simbólico-literária, e tem por objetivo analisar as mudanças urbanas ocorridas entre olhares e visões que levaram à transformação de uma cidade de taipa em uma cidade industrial. Personagens históricas, envolvidas no processo de reforma urbana, unem-se a personagens literárias, criadas por autores brasileiros que trataram de representar simbolicamente a nossa realidade, para assim compor um painel da época. Desta forma, através de uma metodologia interdisciplinar, onde história, literatura e urbanismo se unem, forma-se um mosaico multifacetado, capaz de lançar análises sobre um momento e ampliá-lo, na sua reverberação e alcance, nas diferenças entre o que se busca olhar e o que realmente se vê. Ao transpor-se a barreira temporal, buscou-se mostrar por meio das intervenções urbanas, mesmo após cem anos, que ainda reproduzem segregações e injustiças espaciais.

Palavras-chave: Anhangabaú; Reforma Urbana; Embelezamento.

Abstract: The present paper presents the changes that occurred in the Anhangabaú Valley, in the city of São Paulo, in the first decades of the century XX, from a symbolic-literary perspective, aiming to analyze the urban changes that occurred between looks and visions, leading to the transformation of a city of mud into an industrial city. Historical characters, involved in the urban reform process join literary characters, created by Brazilian authors who symbolize our reality, trying to compose a panel of the time. In this way, through an interdisciplinary methodology, where history, literature and urbanism come together, a multifaceted mosaic is formed, capable of launching analyzes of a moment and expanding it, in its reverberation and reach, in the differences between what one seeks to look at and what one actually sees. By overcoming the temporal barrier, we sought to show through urban interventions, even after 100 years, that they still reproduce segregation and spatial injustices.

Keywords: Anhangabaú; Urban Reform; Beautification.

¹ Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Educação, Administração e Comunicação, Graduada em Pedagogia e História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Coordenadora e docente dos cursos de Pedagogia, Letras e Matemática do Centro Universitário das Américas. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa (CNPQ) Arquivo, Memória e Cidade (MACKENZIE) – silviabianchi@uol.com.br

² Mestre em Filosofia de Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Braz Cubas. Coordenador e Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Santo André. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa (CNPQ) Arquivo, Memória e Cidade (MACKENZIE) – estaschower@gmail.com

³ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 12ª ed. São Paulo: L&PM, 1999. p. 11.

Introdução

Seguramente, a tribo do cacique Tibiriçá, os Guaianás, não tinha muitas dúvidas sobre o córrego que passava abaixo das ocas no Inhapuambuçu,⁴ de águas escuras e salobras, que causavam desarranjos intestinais; assim, invocaram Anhangá⁵ ao nomeá-lo. Dezenas de anos depois, os colonos da então Vila de São Paulo, a caminho das plantações de chá, do outro lado do córrego, desciam por uma ladeira escorregadia invocando São João Batista,⁶ com medo de cair nas suas águas escuras e salobras.

Este córrego, anos depois, agravaria as impressões dos Guaianás, ao receber os restos dos matadouros, do córrego Itororó, antes de se juntar ao Saracura; assim abraçaria, fétido e moroso, a colina histórica, a caminho do seu encontro com o Tamandateí.

Vários paulistanos, nativos ou tementes, descendo pela Ladeira de São João, atrevendo-se a cruzar o córrego Anhangabaú, a vau ou pela ponte do Acu, vislumbraram uma topografia suave, com rebanhos pastando ou no curro;⁷ assim fugiriam das estreitezas e apertos da colina, ocupada pelo colégio inaciano de São Paulo que, no decorrer dos anos, conformara o Triângulo Histórico.⁸

Cruzando este Vale (metaforicamente), transporiam os limites da capital de barro apiloado rumo ao centro industrial, que comandaria a economia brasileira no século XX. Este “divisor de águas” já não invocaria divindades de proteção, cristãs ou indígenas, que não Mercúrio e Plutão – pela pressa e riqueza.

Pressa e fortuna não protegeram Guaianás; outros como eles rumariam à periferia de outros vales e novos Anhangás. Aqui chegariam novos tementes, dispostos a fugir das estreitezas das colinas, seja por pontes ou a vau, dispostos a alcançar o deslumbre urbano. A cidade, tal como previram os Guaianás, seria vista de longe, mudaria várias vezes no “ver” despercebido, para pouco mudar no “olhar” acurado.

Alterações se aceleraram desde a década de 1870, provocando transformações a partir da acumulação de capital com o café, contribuindo com o sistema ferroviário.

⁴ Em Tupi, a tradução literal seria: “lugar que se vê de longe”.

⁵ Anhangá é o deus das regiões infernais. Mesmo considerado protetor dos animais e dos caçadores, é associado ao mal. Se aparece para alguém, é sinal de desgraça e mau agouro.

⁶ São João Batista, considerado o “protetor das águas” na tradição católica.

⁷ A atual Praça da República, situada nesta região, no século XIX era conhecida como Largo dos Curros, já que lá se realizavam as touradas.

⁸ Triângulo que tinha nos seus vértices as Igrejas da Sé, de São Francisco e de São Bento.

A cidade mudaria com o alargamento e alinhamento de ruas, construções de edifícios, novos comércios e, por fim, áreas limítrofes para “não ver” a pobreza, adequando-a, de certa forma, à elite capitalista que começava a crescer. Portanto, o modelo parisiense do Barão Haussmann⁹ serviu como exemplo; nesse momento, era um símbolo de progresso.

A economia crescia com a expansão do café para o oeste paulista, portanto, havia o interesse do poder público em fazer de São Paulo uma capital internacional, dando-lhe ares europeizados – afrancesados –, afastando lembranças da taipa, Guaianás e Anhangás.

São Paulo passaria por um processo de transformação urbana, que foi acentuado nas primeiras décadas do século XX. Trinta anos antes, fora considerada um vilarejo sem atrativos, onde poderiam ser encontradas casas semiarruinadas e cortiços em todas as ruas centrais. Era desprovida de transporte público, com pouca iluminação das ruas, contando com lampiões a óleo e uma precária condição sanitária, possibilitando o aparecimento de epidemias.

Considera-se a partir de 1870 o rompimento do modelo colonial. Uma destas rupturas se deu em 1875, com o novo Código de Posturas Municipais,¹⁰ que indicava larguras e alturas mínimas para edificações particulares, como a proibição de construção de casas com alpendre e sótãos à frente, conforme destaca Ernani Bruno: “(...) 1875 proibiu a construção de casas de meia-água e de sótãos de cumeira para a frente” (BRUNO, 1954, p. 918).

Nesse período, as residências dos paulistanos abastados deixam a região central em direção ao Jardim da Luz, relegando moradias assobradadas ao comércio, às residências populares, cortiços e atividades do “*bas fond*” – a prostituição. O comércio de alimentos era realizado a céu aberto, somente mais à frente se deu a regulamentação das feiras livres, em locais específicos, que permitiam a venda de peixes, cereais, frutas, verduras etc.

Os espaços da cidade se mostravam nas questões do comércio, moradia e diferenciação espacial das camadas sociais:

⁹ George-Eugène, barão de Haussmann, promoveu a Reforma Urbana de Paris (1852-1870), através do alargamento de vias, demolindo vielas medievais próximas ao centro, instalando bulevares e parques; como consequência, deslocou estes moradores à periferia da cidade.

¹⁰ Código de Posturas Municipais: originariamente eram documentos que reuniam o conjunto das normas municipais, em todas as áreas de atuação do poder público. Com o passar do tempo, a maior parte das atribuições do poder passou a ser regida por legislação específica (Lei de Zoneamento, Lei de Parcelamento, Código de Obras, Código Tributário etc.), cabendo ao Código de Posturas às demais questões de interesse local, notadamente aquelas referentes ao uso dos espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, à higiene e ao sossego público.

Alinhadas diretamente às calçadas, as habitações populares formaram a paisagem marcante dos bairros de imigrantes, em cujas janelas debruçadas sobre as ruas rompia-se desejada diferenciação espacial das elites empenhadas em discernir fronteiras entre espaços públicos e privados. (MARINS, 2006, p. 173).

As novas posturas visavam eliminar o caráter colonial, onde o alinhamento das residências definia a rua, era necessária uma adequação dos espaços públicos e privados ao modelo europeizado – um deles, seguramente, foi a inauguração do viaduto metálico que cruzaria o Vale do Anhangabaú, mesmo que sua execução exigisse demolições em residências senhoriais:

Um ponto interessante a ressaltar dentro dessas modificações foi a demarcação do perímetro do terreno onde estava edificado o palacete do Conde de Prates, construído em 1896, com projeto de Ramos de Azevedo, em substituição ao casarão do Barão de Tatu, desapropriado e parcialmente demolido para as obras do Viaduto do Chá, finalizado em 1892. [...] Evidentemente, o Conde de Prates, vislumbrando a valorização da área e tendo testemunhado ao que ocorreu com a residência que pertencera a seu sogro, resistia em abrir mão, mais uma vez, de parte do patrimônio familiar para o uso público. Ao contrário, talvez vislumbrasse a possibilidade de, nesse momento, tirar vantagens pecuniárias da situação e preservar a casa onde morava e de onde podia desfrutar da vista para o vale e, ao mesmo tempo, da comodidade do comércio fino à sua porta. (D'ELBOUX, 2015, p. 288).

Cruzando o vale

A vila ao redor do Colégio Jesuíta de São Paulo por várias vezes esteve à beira da extinção ou do abandono, sofreu retrocessos, devido aos precários recursos materiais de que dispunha, obrigando seus moradores a buscar sustento longe dela – uma cidade de fartas despedidas e parcas boas-vindas. Mas a situação se alteraria no início do século XIX, com a exportação de café e a ascensão de uma classe de produtores, disposta a abrir novos mercados para seus produtos, conectada com a Europa, em plena Revolução Industrial.

Esta nova classe investia seu capital acumulado em linhas férreas, como Santos-Jundiaí, Mogiana e Sorocabana, exportadoras de café, em bancos e serviços financeiros, na nascente indústria e até mesmo especulando terrenos e construções urbanas, inicialmente no Bairro da Luz, posteriormente nos Campos Elíseos,

Higienópolis, Paulista e outros. A elite paulistana contribuía centrifugamente no espraiamento descompactado do tecido urbano.

A cidade de taipa mudaria, passando a sediar indústrias, operários, imigrantes e capitalistas, escravos libertos à procura da cidade, recebidos entre apreço e desdém. Sediaria tantas mudanças, para que, ao final das contas, nada mudasse entre nativos e estrangeiros.

Da mesma forma, nada mudaria, nas palavras da personagem Serafim Ponte Grande, no homônimo livro de Oswald de Andrade:

[...] as pessoas que querem fazer o célebre triângulo, seja por negócios e business ou para o simples e civilizado footing, passam fatalmente no Largo da Sé. **Quando um estrangeiro saudoso regressa à pátria e procura o Largo da Sé, encontra no lugar a Praça da Sé. Mas é a mesma coisa.** (ANDRADE, 1971, p. 56, grifo nosso).

Agora teríamos estrangeiros-nativos ou nativos-estrangeiros, à procura de mudanças, para que nada alterasse a cidade, caminhando entre Mercúrio e Plutão – com pressa e riqueza.

Além dos “saudosos estrangeiros” – como descreve Oswald de Andrade – chegavam audaciosos-estrangeiros, vindos principalmente de uma Itália pós-unificação, concentrando suas terras em poucas mãos. Estes chegavam, em sua maioria, no Porto de Santos, rumando em princípio para o interior, substituindo escravos; posteriormente, com o influxo urbano, buscavam melhorias nas cidades. Poucos destes estrangeiros-nativos prosperaram para se tornar industriais, menos ainda foram aceitos pelos estrangeiros saudosos de Oswald de Andrade como seus iguais.

A partir de 1900, estes estrangeiros-nativos, instalados em centros urbanos, tinham São Paulo como atrativo, uma cidade em expansão, que abrigou esses imigrantes aproveitando-os para a produção e também para ampliar o consumo. A indústria e o comércio cresceram com essa mão de obra. Alguns empreenderam como artesãos autônomos, pequenos comerciantes, vendedores de alimentos, sapateiros, contribuindo, assim, para uma nova cidade. Boris Fausto nos informa que os imigrantes mudaram costumes brasileiros, incluindo novos hábitos:

Os imigrantes mudaram a paisagem social do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares, contribuindo também para valorizar uma ética de trabalho. [...] Quando pensamos no seu papel no desenvolvimento

do comércio e da indústria, em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a resposta afirmativa é quase espontânea. (FAUSTO, 2003, p. 281).

Cabe aqui a contribuição de escravos libertos no desenvolvimento comercial e urbanização de São Paulo, na transformação na estrutura da cidade. Muitos deles migraram para o centros urbanos, nas palavras de Porta:

Os negros atuaram na formação dos setores administrativos, no comércio de produção e vendas de produtos de bens de consumo interno, atividades que caracterizavam a emergência da urbanização. Eles comercializavam bens de consumo, mendigavam, vendiam produtos e artefatos de madeira (móveis) e de metais (pratos, joias); eram artesãos, pois praticaram nas oficinas das senzalas a tradição africana da arte do trabalho em metais. Exercendo ofícios de artesão, trabalhavam no corte de madeira para confeccionar objetos de uso e esculpir imagens de santos. Também eram ourives, além de mediadores do comércio clandestino de gêneros alimentícios. (PORTA, 2004, p. 101).

O comércio sofisticado no Triângulo e colina histórica comprimia-se em suas ruas, pois as exigências eram muitas, inclusive nos espaços públicos. Destacase aqui a influência francesa na Belle Époque paulistana, pois nesses espaços públicos buscavam-se os bulevares, que representavam a modernidade.

Nas primeiras décadas do século XX, a participação e contribuição à civilidade foram dirigidas para sanear o “olhar”, evitando que se fixasse nas marcas do atraso, as quais remetiam à taipa, ao trabalho escravo. O doutor Washington Coelho Penteadado, personagem de Alcântara Machado no livro *Laranja-da-china*, era um destes saneadores, um entusiasta do novo Brasil, e foi capaz de defini-lo através das reformas embelezadoras que sofrera a cidade no vale remodelado do Anhangabaú: “O capitão Melo me afirmou que não há parque europeu que se compare com este” (MACHADO, 1982, p. 12).

A participação transformadora no embelezamento e higienização representa um momento e uma época, reconhecíveis no “olhar” de um tempo, se valendo das técnicas disponíveis, imprimindo sua marca: “Técnica é sinônimo de tempo: cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que as técnicas têm um papel tão importante na preocupação de interpretação histórica do espaço” (SANTOS, 2002, p. 21).

Essa cidade buscava se alinhar com a visão eclética oferecida pela Europa, que desde o século XIX era amparada pela Revolução Industrial, aqui divulgada por meio de revistas ou catálogos de materiais como ferro fundido, vidrarias, concreto, telhas, queijos, cerveja e outros – produtos que a Europa produzia e o café permitia, como detalha Oliveira ao mostrar a procura da novidade:

Era o momento em que a cidade, até então colonial, se modernizava [...] e precisavam ceder espaço para o novo. O centro velho e o triângulo histórico não mais comportavam o crescimento dos habitantes, e a necessidade de transpor a colina histórica se fazia presente. Era o momento de se aproximar dos grandes centros mundiais, de adotar uma arquitetura eclética que expressasse o desenvolvimento pelo qual a capital passava. Em suma, era hora de fazer jus ao discurso que se propagava pelas ruas: São Paulo Progride. (OLIVEIRA, 2017, p. 574).

Já desde o início do século XX discutia-se a necessidade de melhorias na região central, uma vez que a cidade, de incipiente industrialização, era adensada por imigrantes, escravos libertos e esperançosos operários. Muito se discutiria sobre melhoramentos e embelezamentos, poucos técnicos consultados, muitos vereadores, proprietários de terra e fazendeiros de café com interesse em contribuir – com óbvios interesses imobiliários.

Destaca-se a ideia de melhoramentos para a modernidade, já que à época era lida como “embelezamento”. Elites e políticos tinham uma visão de cidade como algo fortemente estético, algo que marcará o urbanismo da época no Brasil nas cinco primeiras décadas do século XX. Preocupavam-se com a “qualidade da vista” para olhar o vale do Anhangabaú.

As encostas em duas vertentes

A posse do primeiro prefeito de São Paulo ser no sábado, 7 de janeiro de 1899, não indicava que o Conselheiro Antônio Prado¹¹ passaria seu mandato em clima de descanso semanal, longe disso. Esse venerável político de 59 anos, reconhecido como um bem-sucedido fazendeiro, comerciante, industrial e banqueiro, provaria ao longo do seu mandato de prefeito que acrescentaria outra qualidade a essas consagradas: ser um hábil político da República – assim como fora um hábil político do Império.

¹¹ Antônio da Silva Prado (1840-1929). Político e empresário brasileiro, primeiro prefeito de São Paulo (1899-1911). Foi responsável pelas grandes reformas urbanas ocorridas neste período.

A cidade de São Paulo, ao início do mandato, contava com pouco mais de 200.000 habitantes; findando seu mandato, em 1911, havia mais de 350.000 habitantes. Longe de ser uma cidade homogeneamente progressista – como o número de habitantes faz pressupor –, era uma cidade partida e segregada, como descreve Toledo:

A São Paulo da virada do século era isto: metade avanço metade atraso, metade urbana metade rural, trepidante no seu miolo e sonolenta nos arredores, rica nos nobres e recém-constituídos bairros dos Campos Elíseos e Higienópolis, pobre nos bairros em que se amontoavam os imigrantes, e miserável nos sombrios desvãos urbanos que sobravam para os negros. (TOLEDO, 2015, p. 23).

Em 1904, das 1140 pessoas enterradas no cemitério do Brás, 924 eram crianças. Dados como esse nos levam a travar conhecimento com o lado B do processo de industrialização. Seus protagonistas são pessoas que ingressaram na Modernidade com bilhete de terceira classe. (TOLEDO, 2015, p. 93).

Estas reformas tiveram início na gestão dos dois primeiros prefeitos, o Conselheiro Antônio Prado e o Barão de Duprat.¹² Assemelhavam-se às reformas do Rio de Janeiro no mesmo período, promovendo espaços públicos bem definidos com aspecto europeizado. Assim como a Paris de Haussmann, provocaram uma segregação socioespacial entre a elite e a população pobre da cidade. O viver “civilizado” conformou-se em bairros elitizados, Campos Elíseos, Luz, Higienópolis etc., expulsando a população “incivilizada” à periferia.

Também os espaços públicos passaram a ser utilizados de maneira diferenciada pelas classes sociais. A vida da elite paulistana reservava-se locais de compras, lazer e cultura, sendo que os mais procurados estavam no centro, entre o famoso triângulo, ruas Direita, XV de Novembro e São Bento. Nessas ruas existiam cafés, livrarias e as lojas onde poderiam ser encontrados facilmente produtos importados para todos os gostos, desde gêneros alimentícios até vestuário (AMERICANO, 2004).

Foi nesse período que a classe média, até então composta de pequenos proprietários de terra e de pequena produção de produtos para o comércio, expandiu-se e transformou-se. De acordo com Boris Fausto, essa nova classe média contribuiu para uma nova prática política e influenciou na ideologia dominante:

¹² Raymundo Duprat (1863-1926). Político brasileiro, segundo prefeito da cidade de São Paulo (1911-1914). Deu sequência às reformas urbanas de Antônio Prado.

Além desse conjunto, há novas classes médias, constituídas pelos trabalhadores assalariados ligados à esfera de circulação do capital e por aqueles que contribuem para a realização da mais-valia: empregados assalariados do comércio, dos bancos, das agências de venda, assim como os empregados de “serviços”. Também é o caso dos funcionários do Estado, do aparelho do Estado (serviços públicos) e dos aparelhos ideológicos do Estado (comunicação, imprensa, educação etc). (FAUSTO, 2006, p.16).

Colaborava nesta visão empreendedora e progressista de uma parte da cidade, pensada pelo prefeito, o engenheiro, professor e homem público Augusto Carlos da Silva Telles. Ele presidiu por pouco tempo a Associação Comercial de São Paulo e a Sociedade Paulista de Agricultura, porém sua maior relevância para a cidade deu-se quando exerceu a vereança na cidade entre 1905 e 1911 e quando apresentou uma proposta de melhoramentos urbanísticos,¹³ detalhada no seu livro *Os melhoramentos de São Paulo*.¹⁴ Além das propostas de mobilidade, com o alargamento e abertura de vias, na colina histórica, volta-se à área erma do vale, conforme podemos ver na Figura 01.

Figura 01: Vista das plantações de chá e dos fundos de quintal das edificações da rua Líbero Badaró, que se debruçavam sobre o riacho Anhangabaú (c. 1900).



Fonte: Revista da Câmara Municipal de São Paulo, n° 22, 02/12/2016

O olhar do prefeito, entretanto, era voltado para promover a visão do Doutor Washington Coelho Penteadado (personagem de Alcântara Machado em *Laranja-da-china*), para criar um “invejável parque europeu”, desviando-se dos desvãos dos negros, imigrantes e operários, em seus cortiços do Brás ou da Mooca. Seu olhar se voltava aos bairros de Consolação, Higienópolis, Campos Elíseos, Santa Cecília

¹³ Projeto n° 147 de 15 de setembro de 1906.

¹⁴ Não confundir com livro homônimo de Francisco Prestes Maia (1896-1965), no qual inventaria suas obras à frente da prefeitura de São Paulo (1938-1945).

e Chácara do Carvalho¹⁵ para servi-los do progresso do bonde, iluminação pública, arruamento e arborização, mesmo que para realizar essas benesses do século XX tivesse de gestá-las por empresas privadas – já que o prefeito era homem de negócios e sabia da necessidade de aproveitar oportunidades.

A iniciativa do olhar de embelezamento da cidade proveria ao Vale do Anhangabaú suas referências mais europeias, para transformá-lo na “mais bela sala de visitas”, que serviria para nortear o crescimento da cidade. Assim, a proposta de remodelação da encosta do vale ligado à colina histórica proporcionaria estabelecer conexões no eixo norte-sul, alargando a Rua Líbero Badaró. Entretanto, as razões para a intervenção seriam de maior abrangência, graças à potencialidade de valorização que apresentava, próximo à região de maior importância, como a Sé e o Pátio do Colégio.

Outra personalidade auxiliaria nesse trajeto entre o “*bas fond*” e o “*haut fond*”: Eduardo da Silva Prates¹⁶, que herdou, através de seus sogros Barão de Itapetininga e Baronesa de Tatuí, entre outros imóveis, a Chácara do Chá,¹⁷ junto ao Anhangabaú. Essa propriedade somava, além do vale contido entre o Viaduto do Chá e a rua São João, 2/3 dos terrenos na Rua Florêncio de Abreu, junto à vertente da colina histórica, e outros 2/3 na Rua Formosa, junto à vertente da Cidade Nova. Portanto, o apagamento do atraso deu-se sobre imóveis de Eduardo da Silva Prates, principalmente na Rua Florêncio de Abreu, conforme descreve Simões Junior:

O aspecto da Rua Florêncio de Abreu até 1910 era uma viela sombria, que de um lado recebia os fundos de alguns prédios da Rua São Bento, em cota superior (como o prédio do Grande Hotel), e do outro lado era constituído de um vasto casario de aspecto bastante modesto e que possuía os seus quintais de fundo dando para o vale do Anhangabaú, que nessa época era ainda um vasto descampado de aspecto semirrural. [...] Afinal, a Líbero com esse aspecto situava-se a um quarteirão do valorizado “triângulo comercial” [...] era todo pertencente ao conde de Prates, que morava no palacete [...]

¹⁵ Onde morava o Conselheiro Antônio Prado, ali era o ponto final da primeira linha de bonde que conectava a Chácara do Carvalho ao Centro, sede da prefeitura. Graças à valorização obtida com este serviço, a chácara posteriormente seria loteada para formar o bairro da Barra Funda.

¹⁶ Recebeu o título de Conde do Papa Leão XIII, graças à sua generosidade e amparo aos mais necessitados. Também atuou junto à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ao convento de Nossa Senhora da Luz, ao Liceu Coração de Jesus e à Igreja de Santo Antônio na Praça do Patriarca.

¹⁷ A Chácara do Chá, pertencente a José Joaquim dos Santos Silva, Barão de Itapetininga, ocupava o vale, suas duas encostas, aproximadamente, desde o paredão do Piques ao sul até a Ladeira de São João, ao norte.

na esquina com a rua Direita. Eram cerca de 15 casas de aluguel transformadas em cortiços e prostíbulo, que se constituíam numa das principais fontes de renda do tal conde. (SIMÕES JUNIOR, 1999, p. 206-207).

Já em 1906, a encosta do vale da Cidade Nova abrigava uma serraria, que estaria em obras para edificar o diadema que faria jus ao corolário de ambições francesas da elite cafeeira: o Theatro Municipal, inspirado no Opera de Paris. Inaugurava-se a Esplanada do Theatro em meio ao ambiente urbano, o qual, de acordo com Oliva, era **“visto”, era “olhado”**.

Silva Telles queria sanar e salvar era o olhar, o seu modo de olhar: do Theatro Municipal para a vertente da colina histórica, o que se vê? Uma *“fila repugnante de fundos das velhas e primitivas habitações”*. Do lado contrário, olhando para o Theatro, viam-se os *“fundos das velhas casinhas da rua Formosa”*. Essas últimas são justamente *“os casebres”* que contrastam com o Theatro Municipal. (OLIVA, 2016, p. 252-259).

Aprofundando o vale

Para realizar *“a mais bela sala de visitas”*, dois grupos dividiram opiniões na Prefeitura e os debates na Câmara Municipal. Um grupo liderado pelo engenheiro e arquiteto Victor da Silva Freire, talvez o mais influente junto ao prefeito; enquanto o outro era do Secretário de Agricultura Samuel das Neves. Ambos propunham um parque no vale. Samuel das Neves, porém, projetava um de proporções menores, uma vez que permitia edificações nas vertentes e no vale em si. Enquanto Victor da Silva Freire, mais abrangente, propunha ampliar o parque eliminando edificações no topo da colina e nas vertentes, além de privilegiar mobilidades da Colina Histórica com a Cidade Nova.

Os planos consumiriam idas e vindas, marchas e contramarchas, ocupando as mesas do Conselheiro Antônio Prado, como primeiro prefeito, assim como de seus sucessores Raimundo da Silva Duprat e Washington Luís – todos do Partido Republicano Paulista –, cujo aprendizado em planos e mudanças sem mudar garantiu a carreira política deste último para levá-lo à Presidência da República, a ponto de encerrar-se com ele a República Velha.

O crescimento da cidade de São Paulo, orientado a partir do centro histórico, seria motivo de diversos planos envolvendo mobilidades, alguns famosos como o Plano de Avenidas de Prestes Maia e Ulhôa Cintra de 1924-1930; outros discretos

e objetivos, como o Plano de Melhoramentos Centraes de Luiz Bueno de Miranda, de 1906; ou reinterpretativos, com a retomada impositiva das rótulas de Prestes Maia, do Coronel Francisco A. Fontenelle, de 1967.

As controvérsias demandaram a intervenção do urbanista francês Joseph Antoine Bouvard, que, a caminho de Buenos Aires, decide permanecer na cidade de São Paulo por 40 dias, estudando o vale e as propostas. A proposta de Bouvard é conciliadora em relação aos dois projetos, uma vez que abrange, criando diretrizes de arruamentos para a Cidade Nova, pontos focais, como a Catedral, Palácios de Governo e Justiça.

A intervenção estrangeira foi necessária para arbitrar as disputas entre os projetos apresentados. Um deles, patrocinado pela Prefeitura e assinado por Victor da Silva Freire, inspirava-se em propostas anteriores do vereador Silva Telles, propondo um parque e novas ligações entre a colina histórica e a Cidade Nova. O segundo projeto, patrocinado pelo Estado e assinado pelo Secretário de Agricultura, Samuel das Neves, propunha um parque mais modesto, já que permitia edificações nas suas bordas e no centro do vale.

Ambas as propostas impactavam as propriedades de Eduardo da Silva Prates, que gostaria de evitar os desgastes judiciais que ocorreram nas propriedades dos sogros, para a construção do viaduto metálico que primeiramente ligava a colina histórica à Cidade Nova, quando as imposições legais e a participação popular na disputa desgastaram seu valor venal e social. Dessa forma, Prates trataria de usar suas conexões políticas para garantir a realização do seu potencial imobiliário, como relata Delboux:

Eduardo Prates era um dos mais prósperos, se não o maior cafeicultor do Estado de São Paulo. Como visto anteriormente, participava em diversas em companhias organizadas a partir da economia cafeeira. Era um dos sócios dos Armazéns Gerais em Santos e de várias outras empresas. Sua esposa era filha da Baronesa de Itapetininga, que, enviuvando, contraiu matrimônio com o Barão de Tatuy. Dessa forma o Conde de Prates veio a casar-se com a herdeira da Chácara do Barão de Itapetininga, ou seja, de toda a região conhecida como Morro do Chá e vale do Anhangabaú, chegando às encostas do Triângulo e cujo limite era justamente a rua Líbero Badaró. O conde gozava de enorme prestígio social e, embora não se envolvesse em legislaturas, sua palavra tinha grande peso político. Através das notícias veiculadas nos jornais da época, sabe-se que Eduardo Prates tinha bom trânsito na administração estadual, especialmente na

Secretaria da Agricultura e Obras Públicas. (D'ELBOUX, 2015, p. 325-326).

[...] o Conde de Prates, que não se manifestará publicamente até 1910 quando, entre outras ações, passa a apoiar o projeto capitaneado pelo engenheiro-arquiteto Alexandre de Albuquerque, visando impedir a Diretoria de Obras Municipais de avançar com as ações que incluíam a expropriação de grande parte de suas propriedades na área. Como se verá a seguir, o principal objetivo do Conde de Prates é preservar seu patrimônio ou, na inevitabilidade da expropriação, que pudesse obter contrapartida das operações imobiliárias advindas dos Melhoramentos (D'ELBOUX, 2015, p. 298).

O Conde de Prates, descontente com a aprovação da Lei nº 1361 de 1910, que ampliava o recuo da Líbero Badaró para oito metros, extrapolando os 5 metros que desejava e que pleiteara à Câmara através do vereador Joaquim Marra, pode ter procurado o Secretário da Agricultura, Pádua Salles e interferido pessoalmente no caso. Salles, buscando atender Prates e contornar a situação, que poderia ampliar-se e contaminar o plano político-partidário, recupera a ideia que Luiz Bueno de Miranda lhe havia apresentado anos antes, em 1906, e encarrega Samuel das Neves do seu desenvolvimento, estudando sua viabilização. Neves executa, então, o levantamento topográfico e cadastral da área central da cidade, o triângulo. Provavelmente, então, Samuel das Neves iniciou os trabalhos dos “Melhoramentos de São Paulo” nos primeiros dias de novembro de 1910. (D'ELBOUX, 2015, p. 332).

A contenda técnico-política seria apaziguada com a participação de um urbanista francês que já trabalhava na América do Sul, com propostas em Buenos Aires e posteriormente em Montevidéu – sempre de forma a promover o embelezamento. Sua passagem por São Paulo, além de contribuir com um projeto capaz de contentar municipalidade e estado, ampliou as dimensões do parque, mas permitiu construções na colina, junto à rua Líbero Badaró – mas em parte, já que abriu dois vazios entre edifícios, como belvederes, capazes de estimular o “olhar” do embelezamento – como podemos ver na Figura 02.

Figura 02: Foto do Vale do Anhangabaú, visto desde a esplanada do Theatro Municipal. Vemos à direita o viaduto desembocando na Praça do Patriarca, em sequência, na borda da colina, os dois Palacetes Prates, entre eles os dois belvederes (c. 1925).



Fonte: Revista da Câmara Municipal de São Paulo, nº 22, 02/12/2016

Esses estímulos ao olhar permitiram volumetrias singulares das edificações sobre a Rua Líbero Badaró, conformando blocos isolados de edificações – com quatro fachadas –, além de contribuir com uma esplanada no encontro dessa rua com a cabeceira do Viaduto do Chá. Assim abriam-se possibilidades de contemplação para a “mais bela sala de visitas”, estimuladas pelos Palacetes Prates instalados entre os vazios, projeto de Samuel das Neves e Cristiano Stockler das Neves¹⁸ – o primeiro deles abrigaria a Prefeitura Municipal de São Paulo e posteriormente da Câmara Municipal, enquanto o segundo foi sede do Automóvel Clube de São Paulo.

Conforma-se assim um modelo de vistas sobre as vertentes do vale, delimitado por blocos, conforme explica Toledo:

A expressão bloco deixa claro que os novos edifícios seriam volumes bem definidos no Parque, subordinados à ordenação da área. Quando se tem em mente a preocupação do Vereador Silva Telles de que novos edifícios na Rua Líbero Badaró deveriam ter frente para o Vale, ou de propostas ulteriores, que falavam em frente para “os dois lados”, isto é, para a Rua e para o Vale, a ideia de bloco vinculava-se a um conceito de volume, uma concepção espacial, portanto. (TOLEDO, 1987, p. 94).

Entretanto, Bouvard não somente arbitrara os conflitos entre prefeitura e estado, mas também contemplara interesses imobiliários do Conde Prates,

¹⁸ Estes dois profissionais, em 1924, realizaram o projeto do edifício Sampaio Moreira no lado par da rua Líbero Badaró, coincidentemente frente ao belvedere. Este edifício de doze pavimentos foi o primeiro arranha-céu da cidade.

que lhe permitiram valorização sobre as demolidas casas de cômodos, cortiços e prostíbulos da rua Líbero Badaró, e ele mesmo aproveitaria para realizar um empreendimento próprio:

No caso de São Paulo, particularmente na questão do Anhangabaú, Bouvard foi efetivamente um árbitro (embora tenha realizado algumas outras propostas), já que as partes mais importantes do projeto se devem à Diretoria de Obras Municipais. Entretanto, sua estadia em São Paulo tinha também outros interesses, ligados à compra de terrenos e realização de empreendimentos imobiliários, junto à Companhia City.¹⁹ (MEDRANO, p. 79).

A montante e a jusante

Essa visão permite ao Vale do Anhangabaú explicitar espaços públicos desiguais, que conformam um projeto de cidade incompatível para alguns e modernizante para outros. Incompatível por trazer impressos usos e lugares nas suas vertentes, abrigando um dos primeiros monumentos da cidade, um Obelisco erigido em 1814, junto à Rua do Piques e seu paredão. Essa rua era inundada por uma nascente, conformando um chafariz que se tornou em ponto de reunião dos tropeiros, passagem de mulas, cavalos e carroças, além de receber o mercado de venda dos escravos chegados à vila de São Paulo. Surgem assim o Largo da Memória e a Praça das Bandeiras, junto ao encontro do Saracura e Anhangabaú – usos dissonantes do Dr. Washington Coelho Penteado da *Laranja-da-China*.

Ao longo do século XIX, o Largo da Memória e o Paredão do Piques recebiam as tropas de carga do interior, davam descanso e permitiam saciar a sede. O mesmo tratamento era dado aos escravos que chegavam à cidade. Ali, os excluídos e forasteiros recebiam o “ticket” de ingresso à cidade, com bebida e sombra. Nesse entroncamento de águas, perduraram estes usos, em comércios populares e botecos que se enfileiravam, simbolicamente, ladeira abaixo em direção ao Anhangá.

Esses usos abrigaram as crônicas de Juó Bananere,²⁰ barbeiro e cronista de um “salô” de barbearia e “cidadó d’Abax’o Piques”, graças a cuja conexão

¹⁹ A City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited foi responsável pela introdução de um modelo descompactado de loteamentos imobiliários em São Paulo, inspirados no modelo de cidades-jardim do urbanista inglês Ebenezer Howard. O primeiro destes loteamentos, Jardim América, contou com a administração pública como auxiliar dos seus interesses.

²⁰ Personagem de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, escritor, jornalista, poeta e engenheiro.

com o Saracura saía do Baixo Bexiga ao “Bó Ritiro”²¹ para se tornar “candidato à Gademía Baolista de Letras”:

Discange migna cóva là nu Piques / N’un lugàro sultario i triste,

Imbaxo d’una cruiz, i scrivan’ella / — Fui poeta, Barbière i
giornaliste! (BANANERE, 1924, p. 41).

Eram personagens como esse, imigrantes, operários, escravos libertos, mulheres “da vida fácil” e desocupados que se ocupavam em afazeres no vale, pela manhã no metálico Mercado São João, ao final da tarde no Biju Salão, para culminar à noite no Casino Antártica, todos no norte do vale. Dormiriam nas casas de cômodos à Rua Formosa ou na Líbero Badaró. Esse mercado seria substituído por um outro maior, projetado por um arquiteto, construído em concreto, a ladeira de São João seria redesenhada por um engenheiro e a Ladeira da Memória seria redesenhada pela municipalidade, aqui longos e sinuosos degraus de inspiração *art nouveau* envolveriam o centenário obelisco, na tentativa de varrer memórias inadequadas.

Certas memórias foram erradicadas, como nos mostra a crônica de 02/08/1947, na publicação *Moscardo*, onde já informava seus leitores:

Quem segue pela Avenida Anhangabaú, ainda em embrião, e topa na praça inicial da Avenida 9 de Julho, cuidadosamente já asfaltada, notará que o famigerado Largo do Abaixo o Piques também desapareceu. Mais um toquinho do passado da antiga província de Padre Anchieta que cáe, sem glória e sem saudades, sob a acção renovadora do engenho da progenie moderna.

No Largo não se viam que botequins – “frege-moscas”, restaurantes de terceira ordem, com menus dos mais baratos, casas imundas de pasto, onde com dois vinténs podia-se obter um prato de sopa e um bom prato de feijão com arroz. Era o largo do Abaixo o Piques o templo excuso da Venus preta na sua equívoca missão andarega, **mariscando com o sorriso branco**, os Píldes de gosto exótico nas suas sensações lubrificam (MOSCARDO, 1947, p. 8).

Não somente outros vales dos muito córregos da cidade, por serem a opção barata à mão dos administradores, mas também o Vale do Anhangabaú se

²¹ Alusão ao Bairro do Bom Retiro, que abrigava imigrantes italianos e a Escola Politécnica, onde o autor, Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, estudara no curso de Engenharia.

submetera à sanha modernizadora, sem se preocuparem com tamanha violência à água, às margens e aos moradores que lá buscavam abrigo e moradia.

O Vale do Anhangabaú perdera suas chácaras e casas de cômodos, assim os garçons ou os motorneiros, provavelmente moradores na Rua Formosa, tiveram de abandonar a proximidade do trabalho por um outro cortiço, seguramente mais longe, talvez na Mooca ou na região do Saracura. Como imaginávamos, os prostíbulos não desapareceram, mas mudaram de fachada, como também de endereço, seguramente subindo rumo à Santa Efigênia pela av. São João.

Os botequins do Baixo Piques receberiam outro tipo de (i)migrantes, unidos na busca de uma cidade, com o sentimento de estar na contramão das oportunidades pecuniárias de vários Prates, como a personagem Iracema da música homônima de Adoniran Barbosa:

Iracema, eu sempre dizia / Cuidado ao travessar essas ruas /
Eu falava, mas você não me escutava não / Iracema você travessou
contramão²²

Assim, o espaço público persistirá contramão para Iracemas²³ que buscam otimistas a corrente das doces oportunidades e encontram ácidas soluções pecuniárias.

Cidades são máquinas de relacionamento, onde seus habitantes trocam informações, cultura, riquezas e promovem a interpretação do seu espaço através das edificações. Nossas cidades, porém, demonstram que as oportunidades a estes espaços são desiguais e injustas, elas apresentam-se de fato como metade avanço metade atraso, já que novos processos de urbanização surgem verticalmente, sem a participação igualitária daqueles que serão diretamente atingidos – cidades não são um coletivo de edificações ou fruto de legislações urbanas, cidades são a interação consentida de pessoas partícipes.

O cacique Tibiriçá e seus Guaianás há tempos deixaram de habitar a colina histórica, cruzaram outros vales, persistem entre novos nativos-estrangeiros às beiras de vários córregos, com seus conhecidos Anhangás. Tal como previsto, a

²² “Iracema”, música de Adoniran Barbosa de 1956.

²³ Iracema é um nome próprio de origem mista, que se compõe de “Ira”, mel em nheengatu (ou língua geral), com “cema”, fluxo em guarani.

colina histórica seria vista de longe – enquanto eles, os habitantes das margens, são invisíveis aos embelezamentos, não são olhados.

Propostas de embelezamento, transvestidas de Planos Diretores, Parcerias Público Privadas ou Operações Urbanas Consorciadas, fluíram através de vários Prados ou Duprats, buscando resolver Cracolândias, Águas Espriadas ou Favelas Naval. Ao final, essas propostas surpreenderam estrangeiros saudosos, que na volta ao lar se depararam com mudanças físicas na cidade – onde nada mudou, tal como previra Serafim Ponte Grande.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a cidade de São Paulo repetiu práticas autocráticas para suas reformas urbanas, demonstrando que a cidade realizara tantas mudanças, para que ao final das contas nada mudasse, no trato do apreço e do desdém àqueles que transitam na contramão de um desenvolvimentismo às custas dos que buscam “mariscando com o sorriso branco” garimpar suas oportunidades.

Referências:

- AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo** (1895-1915). São Paulo: Carrenho Editorial, 2004.
- ANDRADE, Oswald. **Serafim Ponte Grande**, São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- BANANERE, Juó. **La Divina Increnca**. Irmãos Marrano. São Paulo, 1924.
- BRUNO, Hernani. **História e tradições da cidade de São Paulo: metrópole do café** (1872-1918). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. Editora Senac: São Paulo, 2019.
- CARRILHO, M. J.; NEGRO, P. S. B. A Rua Barão de Itapetininga. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais do I ENANPARQ** (CD-ROM). Rio de Janeiro: PROURB, 2010.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil**. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas. Tese de Doutorado FAUUSP, 2015.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. De “melhoramento” a “plano”: uma contribuição leiga ao debate técnico-urbanístico em São Paulo, 1906-1911. In: IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil, 2019, Belo Horizonte. **Anais do IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil**. Belo Horizonte: EAUFMG, 2019.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12ª ed. São Paulo: L&PM, 1999.
- LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Nobel, 1999.
- MACHADO, Alcântara. **Laranja-da-china**. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1982.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MEDRANO, Ricardo Hernan. **São Paulo e Buenos Aires: urbanismo e arquitetura** (1870-1915). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MOSCARDO: **Semanário forte de críticas levianas**. São Paulo, 2 ago. Número 986, 1947.
- OLIVA, Jaime Tadeu. A produção do “olhar urbano” na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, 2016.
- OLIVEIRA, Rafael Carlos Lima. A cidade capitalista e o progresso gentrificador: o processo de remodelação do Anhangabaú (1877-1917). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade**, v. 9, n. 3, 2017.
- PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e cultura**, v. 54, n. 2, 2002.
- SIMÕES JUNIOR, J. G. Melhoramentos da Área Central de São Paulo: o caso da renovação da rua Líbero Badaró (1911-1918). In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. 1 ed. São Paulo: FUPAM/ Nobel, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Álbum iconográfico da avenida Paulista**. São Paulo: ExLibris, 1987.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da**

solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900. Objetiva, 2012.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da vertigem**: uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Objetiva, 2015.
